

REVOLTAS POPULARES CONTEMPORÂNEAS NUMA PERSPECTIVA COMPARADA

Revolução, reforma e democracia: a sociedade civil em Portugal e Espanha, 1960s-2000s

*Revolution, reform and democracy:
civil society in Portugal and Spain, 1960s-2000s*

*Revolución, reforma y la democracia:
la sociedad civil en Portugal y España, 1960s-2000s*

Tiago Fernandes*

Resumo: Portugal e Espanha tiveram caminhos para a democracia radicalmente divergentes: revolução social em Portugal e reforma na Espanha. Neste texto, o autor sugere que uma trajetória revolucionária para a democracia teve um efeito positivo nas capacidades de auto-organização das classes médias e trabalhadoras. Embora nem sempre conduzam a regimes democráticos, as revoluções sociais tendem a institucionalizar mecanismos que estimulam a participação cívica das massas. Assim, as democracias que decorrem de um processo revolucionário tendem a oferecer mais oportunidades e mecanismos para a participação e inclusão cívica das massas na vida política nacional.

Palavras-chave: Portugal; Espanha; sociedade civil; reforma; revolução.

Abstract: Portugal and Spain had radically divergent paths to democracy: social revolution in Portugal and reform in Spain. In this paper, the author suggests that a revolutionary path to democracy had a positive effect on self-organizing capabilities of the middle and working classes. Though not always lead to democratic regimes, social revolutions tend to institutionalize mechanisms that encourage civic participation of the masses. Thus, democracies arising from a revolutionary process tend to offer more opportunities and mechanisms for participation and civic inclusion of the masses in national political life.

Keywords: Portugal; Spain; civic society; reform; revolution.

* Professor Auxiliar de Ciências Políticas na Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Visitante associado no Kellogg Institute for International Studies, Universidade de Notre Dame (2009-2011). Doutor em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu (Florença). <tiago.fernandes@eui.eu>

Resumem: Portugal y España tuvieron caminos radicalmente divergentes hacia la democracia: la revolución social en Portugal y la reforma en España. En este trabajo, el autor sugiere que una vía revolucionaria a la democracia tuvo un efecto positivo sobre la capacidad de auto-organización de las clases medias y trabajadoras. Aunque no siempre desembocan en regímenes democráticos, las revoluciones sociales tienden a institucionalizar mecanismos que fomenten la participación ciudadana de las masas. Por lo tanto, las democracias que surgen de un proceso revolucionario tienden a ofrecer más oportunidades y mecanismos de participación e inclusión ciudadana de las masas en la vida política nacional.

Palabras clave: Portugal; España; sociedad civil; reforma; revolución.

Introdução

Aquilo que é mais notável nas sociedades civis portuguesa e espanhola não são tanto as suas semelhanças, mas sim as profundas diferenças. O caso português e o espanhol configuram quadros radicalmente distintos de formação da sociedade civil durante o período democrático, não obstante as imensas proximidades quanto à cultura política, ao tipo de regime anterior à democracia, ao período histórico e contexto da transição e à própria duração do regime democrático. A sociedade civil portuguesa viria a tornar-se, na maior parte dos seus diferentes setores, mais densa, institucionalizada e organizada. O modelo de sociedade civil patente em Portugal aproxima-se muito mais do ideal da democracia participativa, ao passo que Espanha apresenta uma sociedade civil menos mobilizada. O que explicará estas diferenças?

O meu argumento é que estas diferenças resultam de caminhos para a democracia radicalmente divergentes: revolução social em Portugal e reforma em Espanha. Embora os estudos sobre a relação entre os modos de transição e a consolidação democrática sejam abundantes, os efeitos dos tipos de transição política no grau de profundidade da democracia têm sido relativamente negligenciados por analistas e investigadores. Sugiro que uma trajetória revolucionária para a democracia teve um efeito positivo nas capacidades de auto-organização das classes médias e trabalhadoras. Embora nem sempre conduzam a regimes democráticos, as revoluções sociais tendem a institucionalizar mecanismos que estimulam a participação cívica das massas. Assim, as democracias que decorrem de um processo revolucionário tendem a oferecer mais

oportunidades e mecanismos para a participação e inclusão cívica das massas na vida política nacional.

O argumento deste ensaio diverge assim de algumas investigações contemporâneas sobre a participação cívica e a cultura política dos países ibéricos. Essa literatura tem documentado profusamente, em especial quanto ao caso português, altos valores de abstenção, baixos níveis de confiança interpessoal, desafeição em face de instituições democráticas e uma elevada desigualdade de participação e de recursos políticos – traçando, em suma, um cenário de baixa qualidade democrática. Apesar do valor e dos méritos destas investigações, elas negligenciam a especificidade da “terceira vaga” de democratização. A transição para a democracia de Portugal e Espanha distingue estes países de outros com regimes democráticos mais antigos e com tradições mais longas de participação cívica, liberdades cívicas e políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades. As democracias pós-autoritárias, ou da “terceira vaga” (décadas de 1970-1990), nasceram na sequência de regimes ditatoriais altamente repressivos e exclusivistas e, nesse sentido, são qualitativamente diferentes de outras democracias. São sociedades caracterizadas historicamente por altos níveis de desigualdades económicas, sociais e políticas, tanto herdadas do regime anterior como criadas aquando da transição para a democracia. Por este motivo, é nestas sociedades que também podemos encontrar as sociedades civis mais frágeis.

Vários mecanismos nos processos social-revolucionários conduzem à inclusão política das associações voluntárias. O primeiro mecanismo decorre do facto de as massas serem atores fundamentais no processo de transformação revolucionária, com o poder de moldar (pelo menos parcialmente) as novas regras e instituições do regime democrático emergente. Isto conduz a um maior reconhecimento legal e à inclusão institucional das organizações da sociedade civil no Estado. Em segundo lugar, como fruto das mudanças na estruturação social e económica (por exemplo, através da redistribuição da propriedade agrícola), as revoluções geram sistemas políticos mais inclusivos e nos quais os cidadãos dispõem de um maior volume de recursos e de mais capacidades de ação coletiva. A combinação destes fatores produz maiores oportunidades, recursos e legitimidade para a participação cívica das massas no regime democrático subsequente.

Em sentido contrário, numa trajetória reformista como a espanhola, não só a mudança de regime é conduzida por elites no interior da estrutura do próprio sistema, como estas elites procuram uma mudança puramente

política, descartando a democratização nas esferas económica e social. Esta trajetória é menos propensa à consolidação de uma sociedade civil popular forte por dois motivos. Em primeiro lugar, as estruturas sociais herdadas do regime anterior conservam-se – adaptadas às instituições democráticas, mas, ainda assim, oligárquicas e exclusivistas. De facto, é comum nestas circunstâncias verificar-se uma expansão de redes clientelistas que reforçam o poder das elites tradicionais. Em segundo lugar, as instituições do novo regime tendem a funcionar à margem da sociedade civil. A legislação que regula a sociedade civil tende a ser mais iliberal e os processos de concepção e aplicação de políticas públicas são tipicamente conduzidos sem o recurso a consultas ou parecerias com associações voluntárias. Em síntese, as características institucionais do regime autoritário tendem a perdurar, o que, com o tempo, resulta em menos recursos e oportunidades para a expansão de uma sociedade civil capaz de representar as camadas trabalhadoras e da classe média.

Padrões de Sociedade Civil em Portugal e Espanha, 1960s-2000s

Com a transição para a democracia em meados da década de 1970, Portugal e Espanha iniciaram, pela primeira vez na História, um período estável de liberdades cívicas e de associação. Ao longo da etapa final de cada um dos regimes, e especialmente nos anos de transição, as transformações internas e os processos de colapso dos autoritarismos geraram uma oportunidade única para a mobilização espontânea de cidadãos comuns e para a fixação de liberdades de associação. Nos anos de transição, os dois países foram palco de altos níveis de participação, de uma vaga de criação de associações, do nascimento de movimentos sociais e da massificação do protesto. Foram anos vividos sob o signo de grandes esperanças democráticas, havendo uma partilha disseminada entre a população de ideais e projetos concretos de democracia igualitária e participativa.

Contudo, durante o período democrático, os padrões de sociedade civil e participação cívica que emergiram em cada país foram bastante distintos. Dois tipos de dados corroboram esta afirmação. Em primeiro lugar, ainda que Portugal seja bastante menos desenvolvido socioeconomicamente do que a Espanha, apresenta durante o período democrático uma criação de associações comparativamente superior: uma associação por cada 159 cidadãos em Portugal, e uma associação por cada 156 indivíduos na Espanha. Em segundo lugar, praticamente

todos os inquéritos conduzidos em cada um dos países mostram que Portugal apresenta um associativismo de base popular mais profundo, igualitário e institucionalizado, tanto ao nível político como social e cultural, do que Espanha. A maior parte dos estudos e inquéritos conduzidos sobre Portugal e Espanha mostra que tanto a filiação quanto a participação em associações voluntárias tendem a ser mais altas em Portugal.

No que toca a um primeiro indicador – a percentagem de população envolvida em associações voluntárias – Portugal tem estado, segundo a maioria dos estudos nacionais e internacionais, permanentemente à frente da Espanha. De acordo com o *World Values Survey* de 1990, 76,5% dos cidadãos espanhóis não fazia parte de qualquer organização, circunstância em que se encontravam apenas 64,2% dos portugueses. Os portugueses têm uma taxa de pertença mais elevada: em 1987, esta ascendia a 30,6% em Portugal, em face de 19,1% na Espanha; em 1993, eram 35,9% os portugueses, comparados com 22,3% de espanhóis. A filiação em múltiplas organizações também tem sido mais elevada em Portugal: no início da década de 1990, 43,6% dos adultos eram membros de mais do que uma associação, ao passo que na Espanha o valor era de 31,2%.

Entre 1999 e 2002, Portugal e Espanha exibiram níveis idênticos de pertença a associações (43% e 42%, respectivamente). Contudo, os portugueses eram consideravelmente mais dedicados a participar efetivamente nas suas associações (58% em Portugal, 49% em Espanha). De fato, este padrão tem-se verificado ao longo de todo o período democrático. Em 1990, a percentagem de membros de associações que praticavam trabalho voluntário era significativamente mais alta em Portugal (18%) do que em Espanha (7%). E para o período 1999-2002, Portugal está acima de Espanha em várias dimensões da vida associativa: participação nas atividades (34% e 32%, respectivamente), doações (35% e 23%) e trabalho voluntário (22% e 16%). Esta tendência manteve-se em 2006 num amplo leque de atividades: participação nas decisões e nos debates (57% e 40%), organização e condução de reuniões (25% e 14%), intervenções públicas (17% e 12%) e elaboração de documentos (16% e 15%).

Todos os tipos de organizações de trabalhadores e de classe média, tanto sociais como políticas, têm sido comparativamente mais fortes do que na Espanha. A densidade sindical tem sido historicamente muito mais alta em Portugal: 61% da população ativa em 1975, ao passo que a Espanha em 1980 apresentava apenas 33,8%. Em 1990, a proporção

de sindicalizados no seio da população espanhola ativa tinha caído para 18%, e em Portugal para os 32%. Em 2000, a proporção era de 25,6% em Portugal e, três anos antes, era 17% no caso de Espanha. A taxa de pertença a sindicatos no conjunto da população adulta (e não apenas nos ativos) é também mais elevada em Portugal: em 1978 e 1984, os valores eram de 31% e 12,9%, respectivamente, ficando assim acima da Espanha (9% em 1980 e 6,5% em 1985). E em 2000, apesar de mais curta, subsistia ainda uma diferença: 11% em Portugal e 7% na Espanha.

A pertença e o envolvimento em associações desportivas e recreativas também apresentam valores mais elevados em Portugal. Nos primeiros anos dos regimes democráticos, os valores eram de 39,7% em Portugal (1978) e 14% na Espanha (1980). Em 1984, as proporções cifravam-se em 50,4%, em Portugal, e 10%, na Espanha. De acordo com o *World Values Survey* de 1990, 5,3% dos espanhóis e 13,6% dos portugueses eram membros de organizações daquele tipo. Nos anos 2001-2003, a percentagem manteve-se mais alta em Portugal (8,2%) do que na Espanha (1,5%).

Também as associações culturais dispõem de um terreno de recrutamento e mobilização mais fértil em Portugal (14,5 em 1978 e 22,1% em 1984) do que na Espanha (5% em 1980 e 9% em 1985). Na década de 1990 os valores baixaram, mas a diferença relativa entre ambos os países conservou-se: 7,5% em Portugal e 5,1% na Espanha. A pertença a organizações profissionais também foi mais alta em Portugal ao longo do período democrático: 6,2% em 1978, 10,2% em 1984 e 7% no início da década de 2000. Os valores apurados na Espanha foram 3,8% em 1980, 5% em 1985, 2,6% em 1990 e 3,5% no começo do século XXI.

Finalmente, também as associações religiosas têm uma ancoagem mais sólida em Portugal. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990, 4,4%, 5,7% e 10,5% da população portuguesa pertenciam ou participavam em associações deste tipo, ao passo que na Espanha os valores se ficaram pelos 3% (1980), 7% (1985) e 5,1% (1990). Também no período 2001-2003, Portugal se posicionou a frente da Espanha neste indicador: 8,9% em face de 3,2%.

Em suma, ao longo da maior parte do período democrático, Portugal apresenta uma sociedade civil mais representativa dos interesses das camadas trabalhadoras e médias e, tanto ao nível social como político, mais robusta do que a espanhola. Esta conclusão coincide com a de José Manuel Viegas e Susana Santos, que mostram como entre 2001 e

2008, os portugueses apresentam taxas de envolvimento mais elevadas em associações culturais, de assistência social, religiosas, desportivas, de pais e de moradores.

Este quadro é bastante intrigante dado que, ao longo dos séculos XIX e XX, a sociedade civil portuguesa foi sempre menos desenvolvida do que a espanhola. Em Portugal e Espanha, a robustez da sociedade civil antes e depois da democratização não se encontra positivamente correlacionada. Por exemplo, no período entre guerras havia na Espanha uma associação por cada 1556 cidadãos (1933). Em Portugal a razão era de uma associação por cada 6436 (1934). A mesma diferença entre os dois países também pode ser observada nos anos finais da ditadura. Um estudo de opinião conduzido em Portugal em 1973 mostrou que apenas 1% da população acreditava que organizar formalmente um grupo constituía uma via que poderia influenciar efetivamente o governo. De resto, ainda que as classes trabalhadoras fossem confrontadas com a obrigação de aderir aos sindicatos oficiais, a formação de organizações corporativas foi um processo vagaroso. Em muitas freguesias, estas instituições simplesmente não existiam de todo.

Pelo contrário, na Espanha houve uma vaga formação associativa desde o final dos anos 1960. Muitas associações eram ativamente promovidas pelo regime, como as associações locais de *cabezas de família* e *amas de casa*. Em 1976, eram mais de 4000 as associações familiares de âmbito local deste tipo. A Igreja também apoiava associações, especialmente para contrabalançar a linha dura do regime. Finalmente, desde o final da década de 1960, os movimentos sociais, tanto urbanos como de trabalhadores, cresceram consideravelmente, e mostraram uma vigorosa capacidade de mobilização. Ao passo que em Portugal os protestos urbanos e de trabalhadores eram residuais, na Espanha o volume de horas de trabalho gastas era dos mais elevados da Europa.

Resumindo, os níveis de desenvolvimento da vida associativa antes e durante o período autoritário não explicam as atuais diferenças entre os dois países, dado que sempre foram mais elevados na Espanha. Por outro lado, as diferenças que colocam Portugal à frente da Espanha são observáveis a partir de 1970, durante e depois da transição do autoritarismo para a democracia. O meu argumento é que na origem destas diferenças encontram-se dois tipos de trajetórias para a democracia – revolução social em Portugal e reforma política na Espanha.

Processos de Democratização: Revolução e Reforma

Na literatura sobre democratização, atribui-se um grande peso ao período de transição de regime político como fator explicativo da viabilidade de consolidação de um regime democrático. Dado que o traço distintivo dos períodos de transição é a incerteza política e a fluidez de regras e instituições, o modo como estes são estruturados e criados terá consequências importantes no funcionamento futuro das democracias, nomeadamente porque determinam quais os grupos que terão acesso privilegiado ao poder e aos recursos disponíveis.

As primeiras teorias sobre este tópico se focaram, principalmente, em perceber se a transição conduziria a uma democracia consolidada ou a um retrocesso para o autoritarismo, quer sob alguma nova forma, quer através de um regresso à ordem não democrática anterior. Os principais obstáculos à consolidação da democracia seriam as facções conservadoras, ou a “linha dura”, do regime anterior e os membros do aparelho repressivo do Estado, que podiam, a qualquer momento, reverter o processo de democratização. Assim, as forças democratizadoras viam-se na obrigação de manter estes grupos sob controle, concedendo-lhes algum poder de decisão e garantindo que os seus interesses e estatuto não seriam demasiado afetados. Acima de tudo, era crucial que estes grupos não se sentissem ameaçados por pressões e reivindicações populares demasiado intensas (de redistribuição; de direitos sociais e civis; de justiça transicional) ao longo do processo de mudança de regime. Para tal, o modelo ideal de transição para a democracia pressupunha que as elites anteriores negociassem as condições do novo regime com a oposição moderada e democrática, mas também que a participação popular fosse mantida a níveis mínimos ou mesmo ignorada.

As primeiras tipologias de transição foram concebidas para captar precisamente estas dinâmicas. Contudo, esta abordagem apresenta alguns problemas quando aplicada ao estudo da qualidade dos regimes democráticos, já que é incapaz de tomar em linha de conta a possibilidade de haver diferenças tanto na qualidade como na capacidade de aprofundamento de novas democracias. De fato, um corpo de investigação considerável mostra que, nas novas democracias, existem grandes variações em diversas dimensões da qualidade do regime: tipos de Estado-providência, níveis de corrupção, poderes parlamentares, possibilidades de escrutínio, direitos humanos, governação participativa, e desenvolvimento da sociedade civil. No entanto, estas diferenças não são explicáveis através do uso dos modelos tradicionais.

Além disso, tem sido demonstrado que não só as transições de massas ajudam a consolidar as democracias, mas que as transições revolucionárias se têm revelado mais eficientes no aprofundamento da democracia. Em primeiro lugar, uma cultura política pacífica e cívica pode ser gerada pela propagação da mobilização popular, do protesto coletivo e de iniciativas autónomas por parte dos cidadãos. As transições revolucionárias tendem a ser mais pacíficas do que no passado, configurando aquilo a que Jeff Goodwin (2001) designa “movimentos sociais de reforma revolucionária”. Não é correto assumir que as revoluções são necessariamente violentas. Ao passo que algumas revoluções, ou transições de base popular, foram caracterizadas por um uso disseminado de violência (por exemplo, na Nicarágua ou nas Filipinas), outras foram pacíficas (Portugal, a República Checa, a Coreia do Sul). Além disso, muitas trajetórias de democratização através de pactos, como a espanhola, foram mais violentas do que outras transições baseadas nas massas. Em suma, a consolidação e a estabilização da democracia, tanto quanto esta dependa da criação de uma cultura política pacífica e cívica, é fomentada nas transições em que os cidadãos e os movimentos de protesto desempenham um papel relevante.

Em segundo lugar, a revolução social é uma trajetória que pode levar à criação de sociedades civis mais envolvidas e robustas e de regimes democráticos mais inclusivos. O trabalho de Robert Fishman (2011) mostrou que, em Portugal, o caminho de revolução social trilhado do autoritarismo à democracia levou a que as elites fossem mais abertas em relação aos excluídos e que as políticas destinadas aos pobres e às classes trabalhadoras (emprego, habitação e mercado laboral) fossem mais igualitárias. Leslie Anderson mostrou que o capital social e o envolvimento cívico são mais elevados em democracias pós-revolucionárias, como a Nicarágua. John Foran e Jeff Goodwin (1993) observaram como democracias nascidas de revoluções, como a Nicarágua, têm Estados-providência, regimes de distribuição de terras e políticas educativas mais progressistas. E no que toca ao caso português, Nancy Bermeo (1986) concluiu que as cooperativas agrícolas que resultaram da ocupação de terras e se encontravam sob controlo dos trabalhadores eram muito mais eficientes do que as que não eram geridas por eles.

Neste capítulo, comparo os efeitos dos dois processos de democratização radicalmente diferentes. No caso espanhol, a transição foi liderada pelas elites e não implicou alterações radicais na estrutura económica. Reforma é a trajetória pela qual as elites enquadradas no

regime não-democrático anterior iniciam o processo de democratização. O exemplo paradigmático é o da Espanha após 1977. Depois da morte de Franco em 1975, o rei Juan Carlos e Adolfo Suarez, com o apoio de segmentos amplos das facções conservadora e liberal do regime, aprovaram uma lei de reforma política que previa a realização de eleições livres em 1977. Numa fase posterior, os comunistas e socialistas foram chamados a apoiar este processo de democratização. Mas o consenso entre as elites que conduziram a transição era que só seriam realizadas reformas e mudanças políticas, e não transformações socioeconômicas radicais.

A outra trajetória para democracia é a revolução social: massas populares, semi-organizadas ou atuando espontaneamente, revoltam-se contra o regime político e, através de uma ação coletiva, propõem mudanças que visam transformar, em sentido igualitário, as estruturas sociais. Este é o caso de Portugal em 1974-75. As trajetórias para a democracia através de uma revolução social não se circunscrevem às mudanças nas instituições políticas (sufrágio universal, eleições livres e justas, controlo parlamentar do executivo, primado do direito, direitos das minorias, e liberdades cívicas), abarcando também conflitos pela distribuição de recursos materiais e simbólicos. Estes conflitos são democráticos no sentido em que envolvem reivindicações de mudanças no que toca às condições materiais de vida e à redistribuição, ou pelo menos de acesso mais equitativo, de recursos económicos (rendimentos, riqueza, terra) e de outro tipo (educação) por parte dos cidadãos comuns e dos grupos subordinados. Este é um elemento decisivo para a qualidade da democracia, já que, como é demonstrado por investigações recentes, quando a desigualdade estrutural na distribuição de recursos é muito ampla as regras formais e institucionais de competição democrática são afetadas negativamente. As medidas desta natureza adoptadas durante períodos de transição democrática incluíram reformas agrárias, democratização laboral e industrial, a nacionalização e o controlo público da indústria, saneamentos de chefias e altos quadros do antigo regime, a criação de políticas sociais e de sistemas educativos universalistas, o desenvolvimento políticas corporativas e a adoção de fiscalidade progressiva.

As diferentes trajetórias para a democracia tiveram um impacto variável no tipo de vida associativa dos regimes democráticos. Mais concretamente, em Portugal as grandes transformações nas estruturas sociais e políticas implantadas no período revolucionário conduziram a uma sociedade civil mais articulada com o Estado, densa e fortalecida.

Na Espanha, pelo contrário, a trajetória de democracia por reforma conduziu a uma sociedade civil mais débil.

Revolução e Sociedade Civil: Portugal

O caminho de Portugal para a democracia iniciou-se a 25 de abril 1974, quando o Movimento das Forças Armadas, que congregava sobretudo jovens oficiais intermédios, depôs o regime do Estado Novo. Na sequência deste golpe, uma vaga de mobilização popular fez deslocar o regime não apenas no sentido da democracia política mas também da democratização dos padrões de propriedade de terra, do aparelho de Estado, das empresas dos sectores industrial e financeiro e das escolas. Interagindo com as elites, mas na maioria das vezes de forma autónoma, os movimentos sociais obtiveram mudanças políticas e sociais profundas. O golpe suscitou uma vaga de mobilização popular e de desenvolvimento de associações sem precedentes na história portuguesa, reunindo movimentos formais e informais que procuravam mudar e democratizar todas as dimensões da vida social. Entre abril de 1974 e o final do ano seguinte, Portugal atravessou uma revolução social.

A variedade de associações e movimentos criados nesta época foi tremenda: organizações políticas, de pais, de juventude, femininas, ambientais, de moradores, sindicatos, cooperativas, de agricultores e profissionais. Nos principais centros urbanos emergiram comissões de moradores e de ocupantes de casas, que se batiam pela melhoria das condições de habitação e por um aprofundamento da democracia ao nível local. A primeira comissão de moradores foi criada a 29 de abril de 1974, quando cerca de uma centena de famílias residentes em bairros de lata da área de Lisboa ocuparam casas vazias. Um mês depois, cerca de 2000 casas espalhadas pelas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto tinham sido ocupadas e eram geridas por comissões de moradores.

Grupos de esquerda e centro-esquerda, como a Comissão Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses e o Serviço Cívico Estudantil, mobilizaram milhares de estudantes durante o verão de 1974 em campanhas de promoção de literacia, saúde, educação e desenvolvimento comunitário, tanto junto de populações rurais como urbanas. No mundo do trabalho, entre abril e junho de 1974 houve uma enorme vaga de greves e um movimento pela ocupação de fábricas e do aparelho de Estado. As comissões de trabalhadores permitiram aos

grupos populares obter reconhecimento institucional e lidaram com questões como a contratação coletiva e as condições laborais.

Nos latifúndios, áreas historicamente pautadas pela extrema desigualdade na propriedade, pela pobreza e pelo clientelismo, desencadearam-se enormes revoltas de trabalhadores rurais e ocupações de terras. Movimentos de trabalhadores tomaram terras não cultivadas e criaram quintas coletivas geridas por cooperativas e sindicatos. Em 1975, a penetração dos sindicatos nos latifúndios de Beja e Évora ascendia a cerca de 60% da mão-de-obra agrícola. No Norte do país, as organizações de pequenos proprietários congregaram-se no Movimento de Lavradores (MOLA).

Estes movimentos levavam a cabo ações orientadas para a implantação de uma democracia política e da liquidação da ditadura, mas também para a democratização do aparelho de Estado (empresas públicas, escolas, hospitais) e da vida social e econômica. Os protestos de trabalhadores durante a transição eram utópicos, transgressivos e radicais (ocupações ilegais de fábricas e empresas). Estes movimentos foram também capazes de sanear as chefias do regime autoritário nas forças armadas, na administração local, na polícia e na função pública. Nas palavras de Kenneth Maxwell (1986), os movimentos sociais populares foram bem-sucedidos na eliminação dos “antigos mecanismos de deferência e controlo social”.

As elites militares e dos partidos recém-criados tinham sentimentos ambíguos em face desta mobilização popular. O Partido Comunista Português (PCP) e a sua confederação sindical mais próxima, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), condenaram as greves e houve algumas tentativas dos militares para reprimilas. Mas rapidamente estas organizações se associaram e se abriram à mobilização popular, desenvolvendo fortes ligações diretas e indiretas com as massas. Além disso, emergiu do processo um consenso positivo sobre a revolução e os ideais da igualdade e da democracia participativa. Todos os partidos e movimentos, independentemente das suas diferenças ideológicas, rejeitaram o regime anterior e apresentaram-se como revolucionários. O antifascismo, por um lado, e o consenso sobre a necessidade de criação de uma democracia participativa e socialista, por outro, tornaram-se o denominador comum de todas as forças políticas e populares, tanto militares como civis.

Os militares, através do MFA, foram os primeiros agentes de mobilização popular, criando unidades ao nível municipal destinadas a promover a mobilização cívica, a doutrinação social e transformações

profundas. O Programa de Dinamização Cultural e Esclarecimento Político do MFA foi a base ideológica de várias campanhas de mobilização cívico-militares. Estas iniciativas procuravam garantir “uma ampla participação do povo na vida nacional”, através da coordenação nacional de escolas, comunidades locais, movimentos de ocupação e “todas as associações culturais do País”, com o objetivo de ir além da democracia eleitoral e gerar uma democracia igualitária e participativa.

O MFA evoluiu gradualmente de uma organização cívica, no início da transição, para um movimento revolucionário, sob o signo da Aliança Povo-MFA. Numa primeira fase, protegeu e apoiou os camponeses nas ocupações de terras, bem como outros movimentos das camadas mais baixas da população. Entre março e novembro de 1975, fortaleceu a sua ligação ao PCP, criando o Conselho da Revolução, um comité revolucionário que, na prática, governou o país até novembro de 1975.

Os partidos de esquerda e do centro também mobilizaram e estabeleceram ligações com movimentos populares de massas. O movimento dos trabalhadores tornou-se unitário sob a égide da CGTP, que era então a única central sindical. Graças aos recursos e ao apoio do Ministério do Trabalho durante os primeiros governos provisórios, a CGTP expandiu-se pelo território nacional e incorporou as comissões de trabalhadores e os novos sindicatos que iam despontando. Em 1975, abrangia pelo menos metade da força de trabalho.

Os partidos de centro e centro-direita também manifestavam apoio à revolução, adotando ideologias e perspectivas claramente à esquerda dos seus homólogos internacionais. O maior de entre estes partidos rejeitava claramente o legado da ditadura, designando-se Partido Social Democrata. O PSD também se transformou num partido de massas, com uma estrutura disseminada por todo o território e com ligações próximas a várias organizações de base (de jovens e mulheres, por exemplo). Em meados da década de 1970, em articulação com os socialistas, criou uma nova central sindical, a União Geral dos Trabalhadores. Mesmo instituições tradicionalistas e conservadoras, como a Igreja, aceitaram os objetivos revolucionários. Alguns padres apoiaram o PSD e o PS, ao passo que outros se alinharam com a extrema-esquerda. No entanto, todos assumiram publicamente como prioridades questões como a igualdade social e o emprego.

Como resultado dessa extrema mobilização que ligou elites e sociedade civil durante o período revolucionário português, as organizações de base popular tornaram-se mais robustas e desempenharam um papel muito mais importante do que na Espanha.

Em Portugal, tornou-se frequente que os sindicatos e as organizações de agricultores, por exemplo, alinhassem com objetivos partidários, e que os partidos políticos – tanto à esquerda como à direita – se apoiassem na sociedade civil nos processos de mobilização eleitoral (a este respeito foram particularmente importantes as associações profissionais, de desenvolvimento local e de habitação) e de concepção e desenvolvimento de políticas públicas. Ao nível das atitudes contemporâneas entre a população, José Manuel Viegas e Susana Santos (2010) salientaram que a pertença a associações em Portugal (especialmente em sindicatos, organizações profissionais e recreativas) é fortemente influenciada pela identificação partidária. Os próprios partidos tornaram-se mais fortes e mobilizadores do que na Espanha. Na transição, a participação eleitoral foi muito mais alta em Portugal (91% em 1975) do que na Espanha (76% em 1977).

A vasta mobilização popular e as fortes ligações estabelecidas entre elites e massas durante a transição portuguesa também promoveram instituições e leis mais permeáveis, que por sua vez fortaleceram as associações da sociedade civil ao longo do período democrático. A nova legislação sobre liberdade de associação era muito aberta, restringindo apenas a criação de associações que promovessem atos violentos ou que perfilhassem a ideologia fascista. As restrições administrativas e a possibilidade de intervenção discricionária na vida associativa existentes na Espanha (através da concessão de licenças ou da necessidade de reconhecimento jurídico de interesse público) foram suprimidas no caso português. Por outro lado, os partidos políticos em Portugal, com uma base de massas e ideologicamente inclinados à esquerda, estimularam o desenvolvimento de um parlamento forte e em que as associações eram consultadas na produção legislativa. As petições lançadas por movimentos de cidadãos apenas careciam de mil assinaturas para serem discutidas pelo parlamento e tornou-se prática corrente a chamada de representantes da sociedade civil para mediar conflitos e promover acordos.

Além disso, atendendo a que a ação de massas da sociedade civil de base popular moldava efetivamente o Estado e a sociedade num sentido radical e igualitário, era mais fácil às associações incrustarem-se nos novos mecanismos de regulação e nas redes de políticas públicas. A habitação foi elevada a direito social na Constituição e as associações de residentes em bairros degradados, tal como as comissões de moradores em geral, foram reconhecidas como parceiras do poder democrático local. Com a criação de programas públicos de apoio aos bairros pobres,

as comissões de moradores agruparam-se em plataformas ao nível da cidade e da região, que trabalhavam com as autoridades na definição de prioridades orçamentais e na aplicação de políticas de habitação, distribuição de água, saneamento, transportes públicos, cuidados de saúde e apoio à infância. Também nos domínios do planeamento urbano e do ambiente a consulta às organizações de cidadãos se tornou obrigatória. Só em Lisboa, as associações foram consultadas em 78% das iniciativas deste tipo.

Nas zonas rurais, a Lei da Reforma Agrária que acabou com o regime de latifúndio no Sul do país foi aprovada a 29 de julho de 1975, com o apoio de todos os principais partidos, à exceção do CDS (Centro Democrático e Social). Cobrindo uma área correspondente a 40% do território nacional, a lei seria aplicada através de uma parceria entre o Estado (através dos serviços locais da reforma agrária) e das organizações representantes dos interesses dos trabalhadores desprovidos de terras e dos pequenos produtores, as Unidades Coletivas de Produção (UCP). As UCP eram responsáveis pela canalização de crédito público e de apoio técnico aos agricultores, ao passo que os sindicatos tinham a incumbência de negociar salários, condições de trabalho e subsídios com as autoridades locais e os patrões. Mais tarde, em Dezembro de 1976, as cooperativas e os sindicatos locais foram reunidos sob a tutela de uma única instituição pública, o Instituto Nacional do Sector Cooperativo (INSCOOP). Ao INSCOOP foram atribuídas responsabilidades de supervisão de todo o setor, de negociação e alocação de crédito e de financiamento da segurança social. Ao longo do período democrático ficou a dever-se às UCP, às cooperativas e às suas organizações-satélites o aprofundamento cívico dos municípios do Sul do país. Em parceria com governos locais democraticamente eleitos, estas organizações têm promovido atividades culturais e recreativas, e criado centros de idosos e espaços para as crianças.

Os sindicatos e as organizações representativas de trabalhadores também integraram parcerias com o Estado ao nível nacional. A concretização de demissões coletivas requeria aprovação do Ministério do Trabalho e consultas junto dos sindicatos de trabalhadores. Além disso, os compromissos setoriais e os acordos de empresa negociados entre Estado, sindicatos e patrões durante a revolução, especialmente nas empresas nacionalizadas, enquadraram a emergência do corporativismo ao nível nacional em 1983. Este órgão, rebatizado como Conselho Económico e Social (CES) em 1992, tinha representações idênticas dos trabalhadores e do capital, e lidava com as condições de trabalho,

o emprego e a política económica, e ainda que o consenso nem sempre tenha sido a norma, o antagonismo permanente também não. A CGTP assinou a maior parte dos acordos setoriais, e só se opôs totalmente a alguns dos acordos de âmbito nacional. Por fim, o CES expandiu as suas competências ao âmbito das políticas sociais, incorporando representantes de associações ambientais e de instituições de proteção social.

Desde 1975, os serviços locais de saúde foram expandidos e, simultaneamente, democratizados, com os representantes dos trabalhadores e das populações locais a serem integrados nos órgãos de gestão. Também as organizações religiosas e as federações de organizações de proteção social, como a União das Misericórdias Portuguesas, foram reconhecidas pelo Estado como parceiras na definição e prestação de políticas sociais universalistas ou semiuniversalistas nos domínios da saúde, bem-estar, educação e habitação. Concomitantemente, o Estado português passou a financiar a atividade destas associações, a um nível superior ao que se observa na Espanha.

Reforma e Sociedade Civil: Espanha

A trajetória da Espanha para a democracia foi muito diferente da portuguesa. Depois do assassinato do primeiro-ministro Carrero Blanco em 1973 pelos nacionalistas bascos do ETA, o regime atravessou uma crise, alternando entre ciclos de liberalização (veja-se, por exemplo, o enquadramento mais aberto à criação de associações políticas no governo de Arias Navarro) e de repressão por parte da linha dura do franquismo. Ainda que durante este período a mobilização da sociedade civil contra a ditadura tenha sido bastante alta, o governo controlou sempre o ritmo das reformas. Só com a morte de Franco, em novembro de 1975, é que o novo Chefe de Estado, o rei Juan Carlos, apoiado pelos reformistas e tecnocratas do regime, se pronunciou a favor da transição para a democracia. Juntamente com Adolfo Suárez, que substituiu Arias Navarro como líder do executivo em Julho de 1976, desmembraram o partido único de Franco, concederam anistias aos prisioneiros políticos e ordenaram a realização das primeiras eleições livres. O controle exercido por Juan Carlos sobre a assembleia viabilizou a aprovação de uma lei de reforma política (outubro de 1976) pela qual a câmara legislativa se autodissolveu, abrindo assim caminho à democracia. Foi só após esta negociação entre diferentes fações do regime que Suárez e o Rei se dirigiram à esquerda e à oposição democrática. Uma nova rodada

de negociações em 1977 viabilizou a realização das primeiras eleições livres, que foram ganhas pela UCD, o partido de Suárez.

Além de dirigido a partir de cima, o caminho da transição espanhola foi orientado sobretudo para a mudança política e institucional. As elites não conceberam nenhum plano de alteração das estruturas sociais e econômicas de base, nem havia oportunidades ao alcance das organizações de raiz popular. De modo a viabilizar a transição, Suárez teve que convencer as elites políticas e econômicas da ditadura de que poderiam prosperar no novo regime. O projeto de reforma política só foi aceite depois de os deputados (muitos deles reeleitos nas primeiras eleições livres de 1977) receberem garantias de continuidade, tendo sido concedida uma anistia geral aos dirigentes da ditadura. Na política local, na administração pública, nas escolas públicas, nas forças armadas, na polícia e na justiça, todos os quadros do regime autoritário ficaram intactos. E os traços fundamentais do sistema capitalista também permaneceram intocados.

Nos Pactos da Moncloa de 1977, a esquerda (incluindo os comunistas do PCE e os socialistas do PSOE), perante a necessidade de inclusão no novo regime, abdicou gradualmente de muitos dos seus objetivos anteriores (nacionalizações, fim da educação religiosa privada, reforma agrária), gerando situações de fraca ligação ou mesmo de antagonismo face os movimentos sociais populares. Isso inviabilizou o desenvolvimento de uma sociedade civil de massas na Espanha. As comissões de moradores, que no final dos anos 1960 e início da década de 1970 eram consideradas as maiores da Europa Ocidental, desmobilizaram ao fim de poucos anos, principalmente porque os partidos aos quais estavam mais ligadas (o PSOE e o PCE), interessados em contemporizar com a direita, exigiram que o tom e as reivindicações fossem menos radicais. Em 1979 a coligação PCE-PSOE tinha despolitizado o movimento em Madrid, e imposto um modelo de governação urbana isento de participação significativa das comissões de moradores.

A trajetória espanhola para a democracia reforçou, na verdade, o poder das elites tecnocratas. Os membros deste grupo viram o seu papel ser ampliado nos partidos e na composição dos governos, tanto à esquerda (PSOE) como à direita (UCD). Ao contrário do que sucedeu em Portugal, a definição de políticas públicas foi guiada pelas noções de austeridade e controlo orçamental a que corresponderam níveis baixos de salários, de inflação e de investimento público. Isto também ajuda a compreender as razões pelas quais, mesmo sendo historicamente mais

pobre e economicamente menos desenvolvido, em Portugal houve um maior esforço na criação de um Estado-providência inclusivo e os níveis de desigualdade registados se situaram, em certas ocasiões, abaixo dos de Espanha. A título de exemplo, as despesas com educação, saúde e segurança social, em percentagem do Produto Interno Bruto, ascendiam, no início da década de 2000, a 26,9% em Portugal e 21,8% na Espanha, ainda que, na década de 1970, aquando dos últimos anos da ditadura, Espanha tivesse investido mais em políticas sociais. No que toca à desigualdade, em 2009 o rendimento dos 20% mais ricos da população portuguesa era 5,6 vezes mais alto do que o dos 20% mais pobres. Na Espanha a diferença era mais acentuada (6,9).

Institucionalmente, este estilo de condução política assentava num governo robusto. O predomínio do Executivo é mais forte na Espanha do que em Portugal. O parlamento não dispunha de autoridade para demitir ou votar moções de censura a membros específicos do governo. Houve sempre mais legislação a emanar do governo do que do parlamento, em contraste com a situação portuguesa. Além disso, as prioridades políticas eram definidas essencialmente pelo núcleo duro do primeiro-ministro.

A fraca parlamentarização bloqueou o estabelecimento de laços regulares e institucionalizados entre partidos e sociedade civil, fragilizando, a longo prazo, tanto os partidos como as associações voluntárias. Os partidos políticos optavam pela mobilização do eleitorado através de estratégias personalistas e populistas, em detrimento das reivindicações ideológicas e da ativação das bases. Os comunistas também mantinham uma relação distante com os sindicatos. As *Comisiones Obreras* (CCOO) sempre preservaram a sua autonomia face ao PCE. Ainda que o PCE tenha criado em 1986 a *Izquierda Unida*, uma frente eleitoral com outros grupos de esquerda e novos movimentos sociais, manteve-se uma organização débil em comparação com o seu homólogo português. À centro-direita, a UCD foi incapaz de desenvolver um partido de tipo moderno com uma organização unitária disseminada por todo o território, e desintegrou-se após as lutas intestinas entre diversas facções. Acabou por converter-se em pouco mais do que um aglomerado de personalidades, sem ligações permanentes a outras organizações e interesses, como a Igreja, os camponeses católicos e os patrões. Em 1982, o partido dividiu-se, tendo muitos dos seus membros aderido aos socialistas e os mais conservadores a pequenos partidos de direita como a *Alianza Popular* e o *Centro Democrático y Social*.

No campo do centro-esquerda, o PSOE transformou-se num partido eleitoral-profissional liderado por uma oligarquia reduzida, também ela incapaz de criar vínculos sólidos com o movimento de trabalhadores. Este desenvolvimento foi particularmente paradoxal já que, historicamente, os socialistas espanhóis tinham sido mais próximos do movimento laboral (através da *Unión General de Trabajadores*) do que os socialistas portugueses alguma vez o foram. Nos primeiros anos da transição, os estatutos partidários requeriam mesmo que os membros do PSOE aderissem à UGT, mas, apesar disso, a organização do partido nunca deixou de ser frágil. O número de membros era muito baixo, e os funcionários e os representantes em cargos públicos sobrepunham-se aos líderes sindicais nas lutas internas do partido. Os membros da comissão executiva da UGT assistiam aos congressos do partido na qualidade de convidados, desprovidos de direitos de voto.

Ainda que a *Federación de Trabajadores de la Tierra* (FTT-UGT) e os *Sindicatos de Obreros Agrícolas* (SOA), as federações de trabalhadores rurais da década de 1930, tenham sido revitalizadas pelo PSOE em 1977, não se consolidaram nem expandiram enquanto organizações. A partir de 1982, o PSOE chegou mesmo a permitir que os seus militantes aderissem às *Uniones de Agricultores e Ganaderos* (UAGA), que se aproximavam mais de organizações de proprietários. Desde então, o PSOE apresenta melhores relações com as associações de patrões e de elite do que com os grupos das camadas populares.

Assim, as políticas económicas e sociais foram-se constituindo como um domínio reservado à intervenção direta do Estado, sem a inclusão de instituições consultivas de indole corporativa, como sucedeu em Portugal. Ainda que Espanha tenha ganhado fama pelo seu modelo de *transición pactada*, uma análise dos acordos firmados entre Outubro de 1977 (Pactos da Moncloa) e a Primavera de 1981 (*Acuerdo Nacional de Empleo*) revela que estes resultaram essencialmente da ação dos partidos políticos e que nunca se chegaram a institucionalizar. Apesar de se ter alcançado um acordo em relação à política salarial, nem sindicatos nem organizações patronais participaram diretamente nas negociações. Os dirigentes sindicais votaram os diplomas legais no parlamento, enquanto deputados, em vez de os negociarem diretamente com o governo.

Ao longo do período democrático, os sindicatos não têm sido consultados nem têm exercido um impacto relevante na definição de políticas sociais. O principal órgão de negociação corporativa, o *Consejo Económico y Social* (CES), foi criado em 1992 para promover

a cooperação entre sindicatos, patrões e o governo. Mas o CES não podia “tomar decisões vinculativas e as discussões” no seu interior eram “profundamente diferentes daquelas que conduziram aos acordos globais até 1986”. Os sindicatos, em especial, foram negativamente afetados por este desenvolvimento já que, na ausência de apoios do Estado, eram escassos os incentivos ao recrutamento de membros. Ao contrário de Portugal, a maior parte dos sindicatos era incapaz de oferecer aos seus membros serviços como planos de saúde, habitação e planos de reforma. Além disso, a legislação trabalhista na Espanha – que facilitava a demissão de trabalhadores – deteriorou o poder dos sindicatos, ao passo que em Portugal o vínculo de trabalho só podia cessar por acordo mútuo, pelo fim da vigência do contrato ou por justa causa.

Dado que as organizações da sociedade civil não eram reconhecidas como parceiras na concepção de políticas estatais, poucas foram as associações que obtiveram reconhecimento público na Espanha democrática. O financiamento público à proteção social é mais baixo do que em Portugal (32% e 40%, respectivamente). Em 1987, eram apenas vinte as associações com estatuto de utilidade pública; em 1988, 23; e entre 1993 e 1997, 157. Os analistas concordam que a atribuição de fundos, quando existia, era discricionária e episódica, e não se pautava por critérios universais e transparentes.

Assim, as associações passaram a desenvolver relações clientelistas com o Estado e o partido de governo, o que beneficiou principalmente as organizações das elites. Os patrões e os proprietários agrícolas conservaram uma “relação familiar” com o setor público e ligações pessoais aos deputados e aos ministros. No entanto, o período que se seguiu à transição foi também palco da consolidação de redes de clientelismo de massas. Na região da Andaluzia, os socialistas recorreram aos subsídios de desemprego rural, distribuindo-os através do aparelho partidário e das seções locais da UGT, em troca de apoio eleitoral. Estes subsídios tinham sido criados durante o franquismo e usados pelos municípios para financiar obras públicas que empregassem os trabalhadores rurais. Os governos democráticos viriam a ampliá-los com o objetivo de evitar as revoltas no Sul do país. Durante o período de transição, os subsídios eram distribuídos por comissões que integravam membros dos sindicatos e, depois de 1982, pelos dirigentes partidários locais em articulação com os patrões.

Apesar de entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980 ter despontado um movimento de reforma agrária, a atenção

mediática recebida foi escassa. O reduzido número de ocupações de propriedades levou a que a iniciativa fosse considerada um fiasco, tanto pela exiguidade das terras como pelos escassos benefícios materiais distribuídos pelos trabalhadores. Esse insucesso travou o desenvolvimento de cooperativas modernas e de associações de trabalhadores rurais no Sul do país.

Por fim, a sociedade civil espanhola foi ainda mais debilitada pelo fato de muitas das restrições legais vigentes no período autoritário persistirem durante a democracia. Ainda que a Constituição de 1978 consagrasse o princípio de liberdade de associação, salvaguardava também a necessidade da *declaración de utilidad pública*, atribuído através de mecanismos altamente discricionários. O processo dependia do Conselho de Ministros e estava reservado às associações constituídas com fins de proteção social, educativas, culturais e desportivas. Não só estes critérios legais excluía associações políticas ou profissionais como também permitiam que o Estado dissolvesse associações caso as autoridades determinassem que os seus fins ou as ações dos seus membros (mesmo que agindo fora do quadro da associação) constituía ilícito criminal. Dado que este processo não se encontrava claramente regulado na lei, esta legislação foi frequentemente usada pelas autoridades espanholas para proibir associações ou manifestações que se pudessem opor ao governo da época.

Conclusão

Este texto apresentou um novo argumento sobre as origens e os tipos de sociedade civil em democracias pós-autoritárias. As democracias que têm a sua origem numa revolução social apresentam uma sociedade civil mais densa e com maior participação dos setores médios e populares do que as democracias que resultam de uma trajetória de reforma política. Há forte base empírica que comprova que uma revolução social contribui para a qualidade da democracia, na medida em que promove a consolidação e a institucionalização de organizações cívicas representantes das camadas baixas e médias da sociedade. Além disso, há resultados empíricos sólidos que permitem questionar as teorias que argumentam que as revoluções sociais conduzem a democracias pouco consolidadas – seja porque os “moderados” são derrotados pelos radicais, seja pela suposta incompatibilidade entre objetivos revolucionários de transformação econômica e social e a construção de uma democracia política, assente em eleições e parlamentos. O caso português desmente

estas asserções, já que as transformações sociais e econômicas, no sentido de uma maior democratização, foram conduzidas em simultâneo com a democratização política, ou seja, com o fortalecimento e crescente preponderância de parlamentos e eleições. Além disso, se considerarmos que é essencial para a consolidação democrática que haja organizações de base popular (associações e partidos) que sirvam como canais de comunicação entre as massas e as elites, ofereçam alternativas ideológicas claras e espaços para a socialização de valores, mobilização e participação, então o caso português mostra uma maior qualidade da democracia e uma melhor consolidação que o espanhol. É em Portugal – e não na Espanha – que encontramos níveis mais elevados de identificação partidária e partidos mais baseados nas massas.

Referências

- ANDERSON, Leslie E. *Social Capital in Developing Democracies. Nicaragua and Argentina Compared*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BERMEO, Nancy. *The Revolution within the Revolution: Worker's Control in Rural Portugal*. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- FISHMAN, Robert M. Democratic Practice after the Revolution: the case of Portugal and Beyond. *Politics and Society*, v. 39, n. 2, p. 233-267, 2011.
- FORAN, John; GOODWIN, Jeff. Revolutionary Outcomes in Iran and Nicaragua: Coalition Fragmentation, War, and the Limits of Social Transformation. *Theory and Society*, v. 22, n. 2, p. 209-247, 1993.
- GOODWIN, Jeff. *No Other Way Out. States and Revolutionary Movements, 1945-1991*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MAXWELL, Kenneth. Regime Overthrow and the Prospects for Democratic Transition in Portugal. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Org.). *Transitions from Authoritarian Rule. Southern Europe*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1986. p. 109-137.
- VIEGAS, José Manuel Leite; SANTOS, Susana. Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações. In: FREIRE, André; VIEGAS, José Manuel Leite. *Representação Política. O Caso Português em Perspectiva Comparada*. Lisboa: Sextante, 2010. p. 119-143.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento, 1992.

Recebido: 26 de maio de 2015
Aprovado: 19 de agosto de 2015

Autor/ Author:

TIAGO FERNANDES <tiago.fernandes@eui.eu>

- Professor Auxiliar de Ciências Políticas na Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Visitante associado no Kellogg Institute for International Studies, Universidade de Notre Dame (2009-2011). Especialista nos temas: Sociedade civil, democracia e regimes autoritários. Doutor em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu (Florença).
- Adjunct Professor of Political Sciences at the Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Visiting fellow at the Kellogg Institute for International Studies, University de Notre Dame (2009-2011). He has developed studies in the following subjects: Civil Society, Democracy and Authoritarian Regimes. He has a doctoral degree in Political and Social Sciences from the Instituto Universitário Europeu (Florence). Author of *A Sociedade Civil* (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014).